

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP**  
**PAPEL TIMBRADO**

**DECLARAÇÃO**

..... (razão social do licitante)  
Com endereço na..... inscrita  
no CNPJ/MF sob o número ..... vem, pelo seu representante  
legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º,  
da Lei nº 10.520/03, **declarar que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art.**  
3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, abaixo transcritas:

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de  
pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art.  
966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas  
Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

“§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para  
nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no  
exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de  
outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar,  
desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa  
não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite  
de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins  
lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput  
deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa  
econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de  
corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento  
mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de  
pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.”

Em,                      de                      de 2009.

CARIMBO E ASSINATURA LEGÍVEL DO REPRESENTANTE LEGAL